



A CIDADE NO PROJETO E O PROJETO NA CIDADE:

O caso do Concurso para o Senado Federal e do Edifício Marquês de Herval, no Rio de Janeiro

MENDONÇA, DAFNE M. de (1);

1. Doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo FAU/USP. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN/SP. Rua Topázio, 361, Vila Mariana, São Paulo/SP, 04105-060. dafnem@gmail.com

RESUMO

As revistas brasileiras, na primeira metade do século XX, tais como, Acrópole, Habitat, Módulo, Brasil Moderno e Brasil Arquitetura Contemporânea – BAC, configuram-se como um lugar interessante para encontrar referências sobre a relação da arquitetura moderna com a cidade. O presente artigo aborda dois estudos de caso da década de 1950, localizados ambos no centro do Rio de Janeiro, então capital federal. O primeiro, é o Concurso para a Sede do Senado Federal, cujo projeto vencedor é alvo de duras críticas nas revistas do período devido a sua forma de implantação. Um segundo caso, é o Edifício Marquês de Herval, do Escritório M.M.M. Roberto que, de maneira diferente do primeiro caso, tem uma forma própria de ser apresentado nas revistas, se comparado com o que é descrito sobre o mesmo nos manuais de arquitetura. Nestes dois estudos, são evidenciadas estratégias do discurso empregado para defender a nova arquitetura na cidade e ressaltar (ou declinar) as conquistas dos projetos. Dessa forma, pretende-se contribuir ao trazer uma leitura dos projetos com o olhar sobre a implantação dos mesmos na cidade existente.

Entretanto,

Palavras-chave: cidade existente, Edifício Marquês de Herval, Concurso para o Senado Federal, arquitetura moderna, implantação.



INTRODUÇÃO

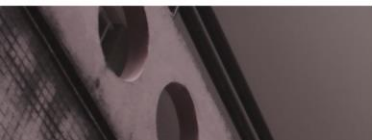
No âmbito internacional do Movimento Moderno, considerando especialmente o que é difundido pelo grupo formado por europeus e participantes dos Congressos Internacionais de Arquitetura – CIAM, a negação da cidade preexistente, no sentido de pretender corrigi-la a partir da sobreposição de uma nova solução, é parte do discurso e está presente nos modelos propostos. Esta tendência é evidente nos artigos e publicações de Le Corbusier, Walter Gropius, Ludwig Hilberseimer, entre outros, e nos textos que resultam das primeiras edições dos CIAM's, sendo um deles o livro *“Can Our Cities Survive”* de J. L. Sert, publicado em 1942, fruto do CIAM 5, realizado em 1937.

A crítica dirigida à cidade existente se relaciona ao crescimento rápido e sem precedentes das áreas urbanas no início do século XX, com aumento populacional que, em geral, criou território para uma sobreposição de intervenções e o crescimento com limitados mecanismos de controle. Este contexto é usado no período para justificar o Movimento Moderno como uma resposta à estas problemáticas, através de soluções que se apresentam como o negativo das condições encontradas (ROWE; KOETTER, 1984). Isso faz com que esta arquitetura almeje ser também urbanismo, dotado de uma nova concepção de cidade.

Mas a cidade existente, ou seja, locais já dotados de planos e diretrizes de ocupação com características que são alvo das críticas do Movimento Moderno, realmente não interferiram ou compareceram nos projetos? Como se dá esta relação entre arquitetura modernista e cidade no contexto brasileiro?

Com exceção da discussão apresentada no livro *“Latin American Architecture since 1945”*, de Henry-Russel Hitchcock, de 1955, pouco é dito sobre esta condição nas publicações do período. As páginas finais do livro de Hitchcock tratam sobre as *“urban façades”*, ou seja, apresenta como um caso particular as tipologias de fachadas dos edifícios confinados em *“rua-corredor”*, assim dizendo, que estão dispostos em lotes tradicionais das cidades latino-americanas, agrupando-as por suas características formais. De modo geral, os manuais de arquitetura brasileira, na primeira metade do século XX, no caso dos edifícios nesta situação urbana, se concentram majoritariamente nos aspectos formais dos mesmos e aborda as conquistas dos programas e implantações principalmente nos grandes projetos que, vencendo o contexto urbano a ser negado, melhor representam os anseios da nova arquitetura.

Entretanto, as revistas brasileiras da primeira metade do século XX, tais como, *Acrópole*, *Habitat*, *Módulo*, *Brasil Moderno* e *Brasil Arquitetura Contemporânea – BAC*, configuram-se como um lugar interessante para encontrar fragmentos dessa questão com críticas que reverberam as discussões europeias transladadas ao contexto brasileiro e as situações de desconforto e/ou manejos no discurso para abordar alguns projetos.



Nestas revistas percebe-se, de modo geral, as problemáticas de implantação da nova arquitetura na cidade e a urgência por um ambiente urbano modernista, que tem dificuldades em sua materialização.

A necessidade de um espaço urbano adequado para a nova arquitetura será um tema recorrente nos primeiros números da Revista Módulo, mas se reconhece a impotência de sua conquista só através da arquitetura, ratificando a impossibilidade daquela de gerar transformações significativas nas cidades e na sociedade

...alguns projetos de formas aprimoradas, destinados a locais mais amplos e que transportados depois para outros lugares – **entre prédios e sem os espaços livres necessários** – transformaram-se em construções lamentáveis pelo desequilíbrio e confusão que trazem ao conjunto urbano.

... o mais grave contudo (...) é o estado lastimável das nossas cidades entregues ao descaso dos poderes públicos e à ação nociva do comércio imobiliário, que as esmaga com incríveis muralhas de arranha-céus, escondendo seus morros, ocupando suas praias, tirando-lhes o sol, a brisa, as árvores... (Módulo, nº 3, dez/1955, s/n, grifo nosso)

Mário Barata também aborda a dissociação entre urbanismo e arquitetura no artigo “*O surto e os problemas da atual arquitetura brasileira*”, publicado na Revista Brasil Arquitetura Contemporânea

...o surto arquitetônico renovador é ainda mais intenso e generalizado, **apesar das más condições urbanísticas em que se realiza** e de sua falta de ligação com as necessidades vitais do país e das massas brasileiras. (Revista Brasil Arquitetura Contemporânea no 1, 1953, p.21, grifo nosso)

Neste contexto, o presente artigo aborda dois estudos de caso da década de 1950, localizados no centro do Rio de Janeiro, então capital federal. Um primeiro, é o Concurso do Senado Federal, cujo projeto vencedor é alvo de duras críticas nas revistas do período. Um segundo caso, é o Edifício Marques de Herval, do Escritório M.M.M. Roberto que, de maneira diferente do primeiro caso, tem uma forma própria de ser apresentado nas revistas, se comparado com o que é descrito sobre o mesmo nos manuais de arquitetura. Nestes dois estudos, são evidenciadas estratégias do discurso empregado para defender a arquitetura modernista na cidade e ressaltar (ou declinar) as conquistas dos projetos.

O concurso para o projeto do Senado Federal e a melhor implantação

O concurso para o **Senado Federal, no Rio de Janeiro**, nos anos 1950, gerou debate sobre a proposta vencedora, especialmente sobre a sua implantação. Podem ser destacadas duas revistas que abordaram o tema. Na *Habitat nº 34 de set/1956 (p.31)* há um artigo de Geraldo Ferraz, no qual faz crítica ao projeto vencedor. Nas páginas seguintes da mesma publicação, há a apresentação da proposta vencedora pelo arquiteto Sérgio W. Bernardes, autor do projeto, junto com sua equipe (ibidem, p.32). Na Revista *Brasil Arquitetura Contemporânea - BAC nº9/1957 (p.36)* foi publicado o memorial do projeto que ficou em



segundo lugar, de autoria de Henrique Mindlin, dando destaque a esta proposta em detrimento da vencedora.

O terreno do concurso é no antigo local do Palácio Monroe¹ (este era o edifício do Senado Federal na época), edifício eclético, localizado na confluência da Av. Rio Branco, Av. Beira Mar, Rua Lins de Vasconcelos e Rua do Passeio, uma esquina de destaque no centro do Rio. Sérgio Bernardes, no texto que está entre aspas na Revista Habitat nº34, inicia colocando o privilégio da localização do terreno e a responsabilidade de definir o partido adotado, argumentando que considera que jamais poderia fazê-lo

...sem levar em conta o aspecto urbanístico e paisagístico do empreendimento em relação à cidade e aos edifícios que o circundam. (HABITAT nº34, set/1956, p.33)

Dado este primeiro entendimento, ele apresenta que a ideia inicial era manter um edifício “em perpendicular com a avenida Rio Branco”. Porém, não levou a proposta adiante por considerar que resultaria em “um verdadeiro muro” que vedaria a vista e a ventilação (HABITAT nº34, set/1956, p.33).

Com isso, ele segue no texto apresentando uma segunda proposta que se constitui de um bloco vertical, de grande porte, em forma trapezoidal, junto a Avenida Lins de Vasconcelos e um bloco menor e mais baixo, em paralelo ao principal. Uma espécie de rua interna é deixada entre os blocos como um prolongamento da Rua da Cinelândia de modo a garantir a perspectiva para o mar (fig.1). O autor considera que assim também realçaria o Senado do seu contexto urbano, dando-lhe monumentalidade

Conservar-se a continuidade do alinhamento dos edifícios da Cinelândia e Rua Senador Dantas, evitando-se dessa forma, a perda da magnífica perspectiva sobre o mar.

Com essa solução teremos um maior afastamento das construções vizinhas, permitindo realçar o Senado como elemento monumental, livre de qualquer concentração urbana. (HABITAT nº34, set/1956, p.33)

¹ Independente desse concurso, o Palácio Monroe será posteriormente alvo de uma grande controvérsia sobre a sua demolição que só ocorreu em 1976, por não ser considerado na época um bem de valor para a preservação.

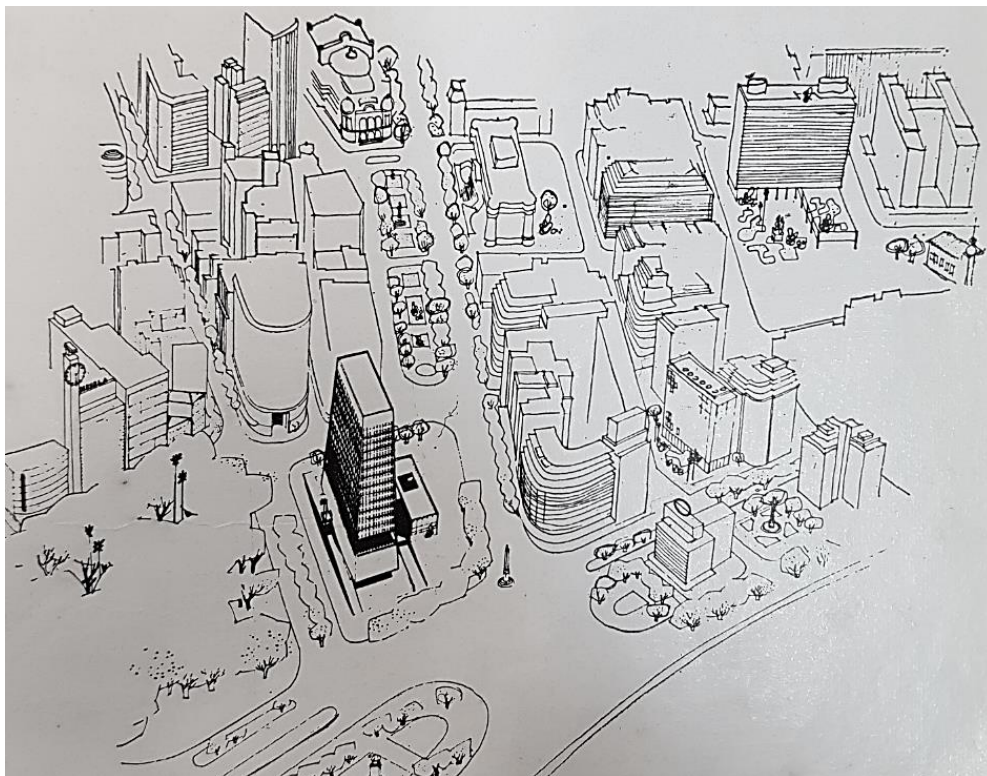


Figura 01: Perspectiva da área que demonstra o edifício mais alto, junto a Avenida Lins de Vasconcelos e o mais baixo em paralelo a este, com uma “rua interna” que prolonga a Rua da Cinelândia entre os dois blocos (Fonte: HABITAT nº34, set/1956, p.33)

Na legenda publicada da imagem acima é descrito que esta disposição dos blocos era “até certo ponto mais interessante que a predominante na proposta aprovada” (HABITAT nº34, set/1956, p.34). Na sequência do texto, que difere da parte referente ao partido por não mais estar entre aspas, são descritos aspectos funcionais e de organização interna, detalhando sobre a circulação vertical, sistema de comunicação interna, entre outros aspectos técnicos.

Após duas imagens que ilustram a implantação descrita por Sérgio Bernardes, a imagem da página seguinte é diferente quanto à implantação. As razões para a alteração da proposta, não são explicitadas no texto. Nesta fotomontagem é invertida a posição dos blocos, ficando o de maior altura (24 andares) junto ao alinhamento da Av. Rio Branco e, o mais baixo, em paralelo a este primeiro (fig.02). A continuidade da rua interna, que prolongaria a Rua da Cinelândia no projeto e, assim, a vista para o mar a partir da via pública, fica menos evidenciada e uma grande área livre resta atrás dos volumes edificadas. Portanto, neste arranjo final, a disposição do bloco mais alto, junto a Avenida Rio Branco, coloca-o em continuidade com os demais edifícios já dispostos na avenida. Na legenda desta imagem está escrito que a “continuidade com a Av. Rio Branco é simplesmente arbitrária” (HABITAT nº34, set/1956, p.35).



Figura 02: Fotomontagem da inserção no local da proposta vencedora do concurso do Senado. (Fonte: HABITAT nº34, set/1956, p.35)

Na matéria intitulada “Senado Federal, no Rio de Janeiro” (Habitat nº 34, set/1956, p.31), assinada por Geraldo Ferraz, que vem antes do texto de Sérgio Bernardes, são tecidas duras críticas à proposta final do novo Senado. Primeiro ao fato de o concurso ser realizado quando está em processo de viabilização, o edital do concurso para a nova capital. À parte a crítica que motivou o concurso, o autor concentra-se nos questionamentos sobre o resultado de implantação da proposta vencedora.

Ferraz considera ilegítima a escolha do partido adotado de gerar continuidade com a massa edificada existente, especialmente ao quarteirão do Serrador², considerado, por ele, de má qualidade. Para o autor, com isso se perde a oportunidade de efetivamente dar ao edifício uma condição de “marco”, conforme é a intenção do autor do projeto. Ferraz pontua também que locar a edificação no exato lugar do Palácio Monroe “não leva em conta a pequena e lógica situação do volume, do antigo prédio, substituindo por uma altura três vezes mais imponente”. Além disso, com essa solução, se mantém “o exíguo passeio” e “o mau aproveitamento das possibilidades que o terreno ofereceria a outra localização do bloco projetado”. Para ele, a melhor posição seria ao centro do terreno em meio a área arborizada, retirando-o “do alinhamento viário” (HABITAT nº34, set/1956, p.32) e critica diretamente as justificativas para o partido apresentadas por Sérgio Bernardes

Tão límpida construção, tão claras linhas, tão imponente marco, certamente teria outra importância se o encontrássemos no centro desse terreno, agora transformado em “fundo de quintal” do edifício moderníssimo do Senado.

² Quarteirão do Serrador é também uma forma de denominar a Cinelândia, no Rio de Janeiro.



Ganharíamos o que inspirou propriamente o arquiteto, ao adotar o partido “realçar o Senado como elemento monumental, livre de qualquer concentração urbana...

... O deslocamento que alvitramos não estabeleceria a vedação alegada com a colocação perpendicular; não acarretaria a perda da perspectiva sobre o mar. O desligamento da grande massa arquitetônica do alinhamento da avenida Rio Branco contribuiria para realçar a preeminência simbólica de marco... (HABITAT nº34, set/1956, p.32)

Geraldo Ferraz também pondera que, na posição proposta por Bernardes, a grande altura do edifício “entra em conflito com a circulação e o tráfego, sem o espaço de escoamento” (HABITAT nº34, set/1956, p.32), criando um problema para a cidade.

Nesta análise de Ferraz, o projeto é criticado justamente na sua articulação com as preexistências que são adotadas como referência, sendo a principal questão a implantação do edifício de modo a prolongar a massa edificada e sua relação com as vias públicas, que são usadas como referência para a implantação. O projeto, para o crítico, está ancorado em uma condição urbana indesejada, além de perder a oportunidade de estabelecer uma outra alternativa de implantação no tecido urbano existente.

Na revista *Brasil Arquitetura Contemporânea – BAC, nº9, de 1957*, é apresentado o projeto que ficou em 2º lugar no concurso do Senado Federal, de autoria de Henrique Mindlin. Esta publicação tem, logo no início, um longo artigo intitulado “A mirabolante nova capital brasileira”, de Joaquim de Almeida Mattos, no qual se apresentam dados e se tecem questionamentos à transferência da capital, refletindo a tensão do momento sobre este empreendimento.

O artigo com título “Concurso de anteprojeto para o novo edifício do Senado Federal” coloca no primeiro parágrafo que o concurso decorreu “acompanhado de muitos debates e controvérsias” (BAC, nº9, 1957, p.37) e esclarece que nas linhas seguintes foram transcritos trechos do memorial do projeto que ficou em 2º lugar, de Henrique Mindlin. No memorial é colocado que se enfrentou “três problemas autônomos” para definir o partido do projeto do novo Senado

Primeiro – É preciso que o novo edifício venha integrar corretamente a composição urbanística geral da área que vai do Teatro Municipal até o Passeio Público e o terreno do futuro Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Segundo – Deve satisfazer as condições de ordem funcional, estética e técnica (...) aproveitando devidamente todas as possibilidades oferecidas pelo terreno e pela localização.

Terceiro – Deve o projeto obedecer às limitações impostas pelo programa do concurso, quando estabelece que o atual Senado permanecerá em suas instalações antigas durante uma parte das obras. (BAC, nº9, 1957, p.37)



O primeiro ponto listado para orientar o partido do projeto, sinaliza a intenção de integrá-lo a um recorte espacial “que vai desde o Teatro Municipal até o Passeio Público e o terreno do futuro Museu de Arte Moderna”. Esta visão representa o objetivo torna-lo parte de um esquema mais amplo existente na área. Portanto, diferente do que fez Sérgio Bernardes, os referenciais selecionados para que o edifício estabeleça relações, passam ao largo de seu entorno imediato, ampliando-o a um contexto que inclui objetos edificados e espaços selecionados no centro do Rio de Janeiro.

O texto indica que atende ao terceiro ponto, já que a proposta é implantada de modo que o Palácio Monroe ainda possa se manter no local durante as etapas iniciais da construção e até sua demolição. A manutenção do Antigo Senado no terreno, já prevista no edital do concurso, foi um dos pontos de crítica de Geraldo Ferraz na Revista Habitat ao projeto vencedor, justamente pela proposta não atender a esta demanda, já que os blocos se localizam no mesmo lugar ocupado pelo Palácio.

Sobre a solução de projeto, segundo o memorial, as exigências do programa do concurso condicionam para a necessidade “de um bloco alto, concentrando a maior parte dos serviços auxiliares do senado” e outro bloco “dos plenários” (BAC, nº9, 1957, p.39) e da necessária articulação entre ambos. Dessa forma, o autor segue em uma análise de esquemas de implantação possíveis, abordando, primeiro, o da Sede da ONU, definida no texto como “um bloco alto paralelo ao bloco baixo”, considerada uma opção viável. Outra solução aviltada é a implantação do Edifício do Ministério da Educação e Saúde - MES, isto é, “um bloco baixo cruzando o bloco vertical” (ibidem, p.39), sendo esta considerada a mais adequada, desde que o bloco principal fique em perpendicular à Av. Rio Branco

... Este último esquema [do MES], desde que possa conter as dependências necessárias, resulta muitíssimo mais compacta e mais simples que o da ONU (...). Em qualquer destes esquemas, impõe-se absolutamente a colocação do bloco elevado em perpendicular ao eixo da Av. Rio Branco... (BAC, nº9, 1957, p.39)

É interessante destacar a intenção de relacionar a proposta com o Edifício do MES, que está ali próximo, mas cuja solução de implantação pouco reverberou nas ocupações da área. Talvez fosse, finalmente, a oportunidade do Edifício do MES tornar-se, de fato, um modelo para a mudança, como o próprio Mindlin o considerou em seu livro “Arquitetura moderna no Brasil” (MINDLIN, 2000). Para Mindlin, implantar o bloco principal do Senado em paralelo à avenida, ou seja, dando continuidade à fachada de edificações existentes

...estaria ele repetindo, na composição, os planos já oferecidos pelos edifícios ao longo da avenida e da Cinelândia, **sem lhes oferecer qualquer contraste...** (BAC, nº9, 1957, p.39, grifo nosso).

Mindlin considera também que, com uma implantação em paralelo à avenida, “a grande praça perderia todas as suas possibilidades de integração plástica” (BAC, nº9, 1957, p.39), devido à falta de uma delimitação clara para ela e dá como exemplo as praças europeias, por apresentarem um claro delineamento. Além disso, para



o arquiteto, posicionar o bloco mais alto e elevado em posição perpendicular à Av. Rio Branco, ocupando a parte central do terreno, melhor responde às questões de insolação e de visibilidade.

... A colocação do bloco ao longo do eixo da avenida Rio Branco, além de mutilar a composição da praça, resultaria numa solução inadequada do problema de insolação, e na localização de grande parte das salas de trabalho com vistas para os edifícios comerciais do lado oposto da avenida. (BAC, nº9, 1957, p.39)

Pelo que é descrito no artigo da Revista BAC, o autor objetiva estabelecer uma relação com elementos urbanos que considera relevante e que não necessariamente estão contíguos ou relacionados com o lugar da proposta, sendo eles: 1) relação com o Edifício do MES, com o futuro MAM e com demais edifícios selecionados e considerados de valor na área, como o Teatro Municipal e Biblioteca Nacional; 2) vista para o mar em detrimento da vista para a Avenida Rio Branco e 3) relação de contraste com os demais edifícios existentes, através da implantação. Tudo isso, vinculado ao estabelecimento de uma área livre (praça/esplanada) integrada à proposta, o que lhe garantiria também a melhor solução de insolação.

Conforme é perceptível nos dois artigos, a proposta que ficou em segundo lugar vai ao encontro do que, na Revista Habitat, Geraldo Ferraz pontuou de negativo sobre o projeto vencedor. Em seu projeto, Mindlin estabelece o entendimento de que as relações com a área se dão a partir de um olhar mais ampliado, vinculando-a com o Teatro Municipal e Biblioteca Nacional e com a futura Sede do MAM. Vale ressaltar que, mesmo sendo ecléticos o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional, a sua condição de marco na paisagem não é desprezado, sendo almejado no projeto do Senado. O partido de implantação tomou como referência o Edifício do MES, que está próximo, mas não contíguo. Portanto, o autor se distancia da visão do projeto de Sérgio Bernardes, relacionada com a área envoltória imediata – sendo ela o quarteirão do Serrador e o alinhamento da Av. Rio Branco. A proposta vencedora de Bernardes, mesmo que dotada de uma linguagem modernista em sua arquitetura, tinha uma implantação que reforçava e se integrava a massa edificada ali existente e transformava em “fundo” a área livre (praça) do lote (quadro 1).

Ao mesmo tempo em que se percebe na solução de Mindlin, e na crítica de Ferraz, os mesmos conceitos embaixadores, que elegem como melhor solução situar os blocos edificados numa posição isolada no lote, em oposição à implantação existente na Av. Rio Branco, a intenção de Mindlin também perpassa uma leitura mais ampla da área. Nesta leitura, o edifício se integra a outras edificações com pressupostos modernistas existentes ou projetados no Rio de Janeiro, com os quais deve se aproximar quanto às soluções de projeto. Como resultado, as relações estabelecidas no projeto de Mindlin com o seu contexto imediato são de contraste com a massa construída existente e que não se quer ter relação, afirmando uma outra e nova alternativa de implantação do edifício no lugar.

Quadro 2: Comparativo volumétrico das implantações para o Concurso do Senado do Rio de Janeiro (1956). (Fonte: da autora, 2018)

SEGUNDO LUGAR

(Proposta de Mindlin para o Concurso do Senado)

- rompimento com o alinhamento da Av. Rio Branco
- implantação segue o modelo do Edifício do MES
- relação com o sistema de espaços livres da área (Museu do MAM, área do Teatro Municipal e integração com a Praça)



PRIMEIRO LUGAR

(Proposta de Bernardes para o Concurso do Senado)

- mantém o alinhamento da avenida Rio Branco e quarteirão do Serrador
- separa frente e fundo, deixando a Praça atrás sem integração com a proposta



Por fim, o edifício vencedor não saiu do papel, consequência da abertura do concurso para Brasília. O Palácio Monroe foi demolido, anos depois, sob grande polêmica, e a área permanece até hoje desocupada.

Na revista Habitat nº 34, na sequência do texto sobre o projeto de Sérgio Bernardes, é apresentado o projeto do MAM, de Affonso Eduardo Reidy. O edifício é elogiado pelo gabarito de altura e implantação adotada que, nas palavras do texto, se opõe à verticalização exagerada, e é ressaltada a sua boa relação com a paisagem carioca.

M.M.M. Roberto e a relação com a cidade preexistente

O escritório “M.M.M. Roberto” ou “Irmãos Roberto”, teve edifícios importantes construídos na área central do Rio de Janeiro. Sua atuação é ampla, incluindo conjuntos habitacionais e projetos urbanos. O escritório é



muito destacado pelas soluções criativas para os *brise-soleils* nos edifícios em lotes urbanos confinados, tornando excepcional o que poderia ser ordinário.

A inserção de edifícios nas quadras regidas pela legislação baseada no Plano Agache, tal qual o edifício Sede da ABI (1936-38), no Rio de Janeiro, demonstra estratégias adotadas pelo escritório para ocupar o lote de esquina. Seguindo as legislações vigentes para a área, o Escritório também conseguia proporcionar aos projetos o cumprimento dos “solos livres” através dos *pilotis* térreos, mesmo que parcialmente, já que frequentemente tem o pavimento junto ao solo compartilhado com usos comerciais e lobbies de acesso à torre. No Edifício da ABI, de modo a permitir o uso comercial no pavimento térreo, é realizado o fechamento parcial e perimetral em vidro, colocando-o recuado em relação a linha de pilares, por detrás deles, assim criando a ilusão, quando vistos do exterior, de estarem os *pilotis* livres. Além disso, foi criada uma área para o hall de elevadores, aberta para a calçada. Dessa forma, o edifício da a ilusão de ter um térreo que permite a livre percolação interna, através dos *pilotis*. Esta solução será explorada em outros projetos do Escritório.

Marcelo Roberto apresentava uma posição crítica perante a morosidade brasileira de enfrentar os problemas das cidades no período. Ele considera que enquanto arquitetos “deviam chefiar os grandes trabalhos”, estes ficam limitados à “realização salteada, e muitas vezes, em lotes incompatíveis, de soluções parciais” (*Habitat*, n.31, jun/1956, p.61). Ele reconhece a impotência geral sobre o problema e lamenta a falta de oportunidades profissionais. Para Marcelo Roberto a arquitetura moderna brasileira não foi capaz de atingir o ideal, no qual arquitetura e urbanismo se coadunam

...Provar a inocência do Brasil foi a virtude, a grande virtude da arquitetura. O grande defeito consistiu em que “toda a arquitetura leva a um urbanismo”, e a nossa não levou... (*Habitat*, n.31, jun/1956, p.61)

Para Geraldo Ferraz – na série de matérias da Revista *Habitat* sobre arquitetos brasileiros, intitulada “Individualidades na história da arquitetura no Brasil” (*Habitat*, n.31, jun/1956, p.49-66) – o escritório dos Irmãos Roberto tem como principal característica “a busca bem fundamentada de uma solução básica a seus projetos” e, com isso, não há “nenhuma concessão formal”. Também os considera “artistas plásticos por excelência da moderna arquitetura brasileira” que procuram incorporar o movimento contra a “ideia da arquitetura quadrada”. Na matéria é também apresentado o Edifício Marquês de Herval, para demonstrar “a intrusão da tridimensionalidade, do movimento, na arquitetura” (idem, p.55)³.

Na revista *Brasil Arquitetura Contemporânea - BAC* nº 8/1956 (p.38) é apresentado o **Edifício Marquês de Herval**, projetado pelos Irmãos Roberto. Ele foi construído no Rio de Janeiro no mesmo ano da publicação.

³ Na *Habitat*, n.31, jun/1956, também são transcritos trechos da fala de Marcelo Roberto sobre o projeto, tais como os publicados na Revista *BAC* nº 8, que serão relacionados na sequência deste artigo.



Sua localização é na Avenida Rio Branco, esquina com a Av. Alm. Barroso, no local do antigo Palace Hotel e próximo ao Teatro Municipal, sendo um dos primeiros edifícios com características modernistas a ser implantado na via que apresentava edificações ecléticas, em sua maioria. O edifício tem um volume simples, prismático, em "L", sobre *pilotis*, e fachadas livres em vidro e *brise-soleil* no lado oeste, ambas as fachadas junto dos alinhamentos da via pública. O ineditismo da fachada para a Av. Rio Branco em relação às demais edificações, é salientado pela revista

...Funcionalmente bem resolvida, a sua elevação sobre a Av. Rio Branco, apresenta aspecto inédito, leve e movimentado, talvez um pouco excessivo, porém contrastando fortemente com a simples e calma fachada da Av. Alm. Barroso. (BAC, n.8, 1956, p.40)

A fachada voltada para a Av. Rio Branco, não é plana como a voltada para a Av. Alm. Barroso. Ela tem uma superfície que aparenta ser ondulada, sensação visual proporcionada pela inclinação dos *brise-soleil* e do peitoril do balcão, em relação a linha vertical (fig.03-06). Esta solução foi justificada pelos arquitetos por três motivos: 1) a necessidade de inserção de um mecanismo eficiente que protegesse o interior do edifício contra a insolação oeste, 2) a necessidade de, mesmo com o elemento de proteção solar, permitir a visibilidade da Av. Rio Branco a partir da janela e 3) manter uma relação com a tipologia dos edifícios existentes na avenida, através do uso de sacadas

...Inclinamos os peitoris porque **era imprescindível que a Avenida fosse vista das janelas** – a Avenida, por onde passam os cortejos, os préstitos de carnaval, a **Avenida das sacadas tradicionais**.

O prédio é virado para o poente, logo seus vãos não poderiam deixar de ser protegidos (...) seria impossível a qualquer um ver a rua, a não ser que se debruçasse para olhar sobre o quebra-sol da janela de baixo, por isso inclinamos os peitoris. (BAC, n.8, 1956, p.40;42, grifo nosso)

A construção dos argumentos de Marcelo Roberto para justificar a solução formal da fachada do edifício voltada para a Avenida Rio Branco alia, tanto aspectos emocionais (ver os cortejos de carnaval e ser visto, assim como relação com as sacadas tradicionais existentes na via), como os aspectos estritamente técnicos, estando o resultado no encontro entre ambos. O arquiteto ressalta serem os *brise-soleils* derivados de "um gráfico de visibilidade", porém "de posse desse elemento objetivo, partimos para a tese estética – onde importam as sensações, as verdades subjetivas" (BAC, 1956, p.42)

A arquitetura não é uma especulação bidimensional. Não pode limitar-se a mondrianismos, como acontece geralmente, por mais agradável que resulte esse brinquedo. Seguindo Borromini, ondulamos docemente uma parte da fachada, para acusar, sem violências, a sua tridimensionalidade...

(...)

Toda a arquitetura move-se e, às vezes, baila.

(BAC, n.8, 1956, p.42-43)



Figura 03: Vista do Edifício a partir da Av. Alm. Barroso (Fonte: BAC, n.8, 1956, p.38)

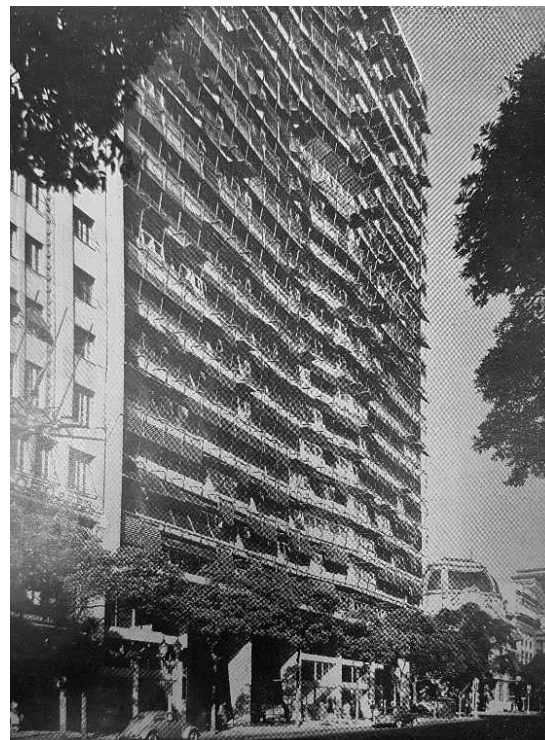


Figura 04: Vista do Edifício a partir da Av. Rio Branco (Fonte: BAC, n.8, 1956, p.40)



Figura 05: A vista que se tem do interior para o exterior – Av. Rio Branco (Fonte: BAC, n.8, 1956, p.39)

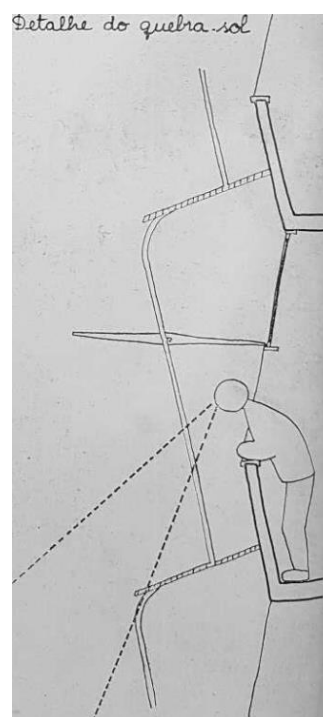


Figura 06: Croquis do estudo de visibilidade para Av. Rio Branco (Fonte: BAC, n.8, 1956, p.40)



Na Revista *Brasil Moderno* – edição bilingue, de 1956, o edifício Marquês de Herval estampa a capa da publicação (fig.07) e é apresentado como “monumento da arquitetura moderna”. É destacado o acesso ao edifício através do subsolo, por meio de uma rampa “que nada mais é do que o prolongamento da calçada”, reforçado pela adoção de mesmo tipo de piso para ambos. Desse modo, também na implantação há uma intenção de relação com a cidade existente, prolongando-a para dentro do edifício.

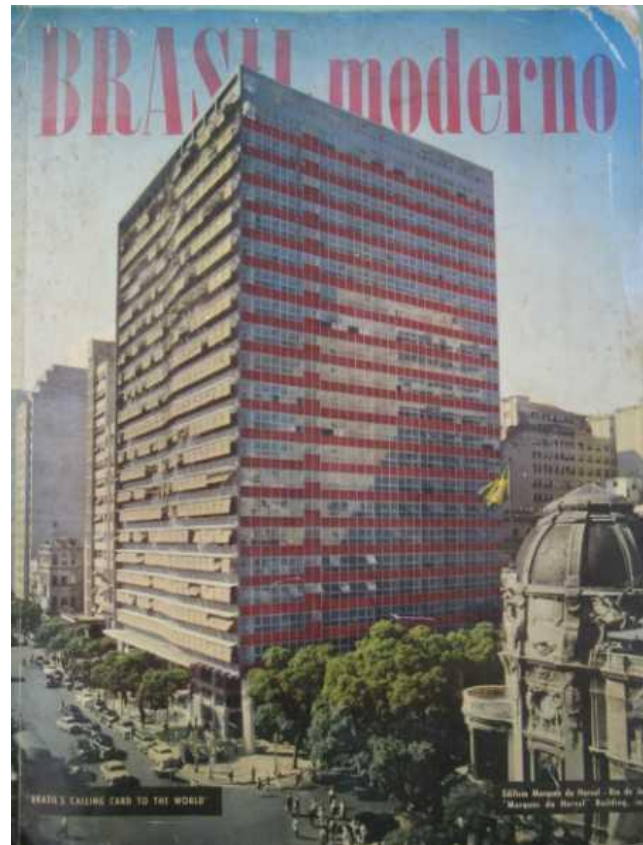


Figura 07: O edifício Marquês de Herval na capa da revista *Brasil Moderno* (Fonte: Revista *Brasil Moderno*, 1956)

Neste projeto, o exercício possibilitado pela *fachada livre*, foi fundamental. Porém, sua composição não é só resultado de uma atividade técnica em resposta às condicionantes dadas pelo lote, mas também é fruto das referências do lugar onde se situa, ao serem interpretados pelos arquitetos, o que permitiu a participação da paisagem urbana na edificação (ver e ser visto, apesar dos *brises-soleils*). Como aponta a revista *Brasil Moderno*, há outra relação do projeto com a preexistência, que é o prolongamento da calçada no interior do térreo do edifício. Esta solução representa o comprometimento de criar, mesmo que parcialmente, a área livre térrea e sob *pilotis*, mas a expande, ao promover uma ampliação do exterior para dentro deste espaço e, como consequência, integrando a área à própria cidade ali existente.

A leitura de Bruand (2002, p.178-179) sobre o Edifício Marquês de Herval louva os elementos de proteção solar, mas sem relacionar as questões apontadas pelos próprios arquitetos sobre o projeto e o lugar. No fim da análise, Bruand lamenta a remoção dos *brise-soleils* da fachada, dez anos após a conclusão do edifício,



afirmando que “a obra perdeu todo o atrativo, confirmando que a arquitetura dos Roberto é um todo coerente”.

Em outras publicações que se seguiram, é mantida visão de Bruand de apresentar o edifício pelo prisma da solução técnica do *brise-soleil* da fachada, sem mencionar o discurso dos arquitetos que foi publicado nas revistas da época.

Comparativo dos casos estudados

Os dois casos apresentados são projetos de arquitetura moderna, da década de 1950, que substituem edifícios existentes na área central do Rio de Janeiro. Ressalvada as diferenças na dimensão e características de cada um dos lotes e as condições das demandas dos projetos, que certamente influem na proposta, podemos analisar de modo isolado o discurso que é usado nas publicações para justificar as soluções que apresentam.

No caso do Edifício Marquês de Herval, na implantação, há uma continuidade na forma de ocupação da via, tanto da Avenida Rio Branco como da Almirante Barroso, formando com as demais edificações a *urban façade*, o que também decorre do atendimento ao Código de Obras do município. Porém, a qualidade da solução técnica e plástica das fachadas, justifica considera-lo como exemplar, por trazer uma estética original que é vinculada às vanguardas artísticas, como colocado por Geraldo Ferraz. O escritório M.M.M. Roberto, ao falar sobre a obra, ressalta tirar partido do lugar, ao prolongar o passeio no interior do térreo do edifício; ao buscar relação do projeto com os cortejos de carnaval que, mesmo com uma fachada com proteção solar, não podem deixar de ser vistos; assim como, com os balcões, tradicionalmente presentes nas edificações da área e que são citados como uma referência a se fazer parte.

Já no caso do concurso do Senado do Rio de Janeiro, a proposta vencedora de Sérgio Bernardes é questionada justamente por manter a continuidade com a Avenida Rio Branco. Aspecto que é duramente questionado por Geraldo Ferraz, por considerar um desperdício não aproveitar a oportunidade de se opor a massa construída e fortalecer o novo edifício como um marco na paisagem urbana. O projeto tem sua implantação também rechaçada por dar as costas para a área da praça, mantendo relações de “frente e fundo” que não atendem ao que é entendido como um anseio modernista de projeto, mas sim a uma forma convencional de implantação.

A proposta de Mindlin, que fica em segundo lugar, ao contrário da de Sérgio Bernardes, posiciona o edifício no terreno de modo que é entendido como o que melhor responde à funcionalidade do programa, ao atendimento das questões de insolação, como também, ao melhor aproveitamento da perspectiva para o mar. Nesta, as relações são estabelecidas com edifícios e espaços selecionados e que não são contíguos entre

si, tais como, o



Edifício do MES, o futuro MAM, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional, estes dois últimos, monumentos considerados relevantes na área, em detrimento do restante. Estas escolhas sinalizam, em alto e bom som, o desejo de se opor e apontar o caminho para a transformação do lugar onde iria se implantar. A edificação, ao mimetizar a forma de implantação do Edifício do MES, estaria ocupando o centro do terreno, envolta por uma esplanada que, simbolicamente, a isolaria do contexto local e a diferenciaria da forma com que os edifícios existentes estabelecem relações com as áreas públicas. Neste caso, o edifício seria uma miniatura ou pequena célula de algo semelhante a um *Plan Voisin* composto, junto com o edifício do MES, a conquista de uma nova implantação e tipologia no centro do Rio de Janeiro. Vale destacar que outra proposta para o Centro do Rio de Janeiro, com implantação que contrasta com a forma tradicional de ocupação, foi tentada anteriormente, mas sem sucesso, como foi o caso do projeto de Afonso Reidy para a área de desmonte do Morro de Santo Antônio, de 1948.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, com estes dois casos, se apresentam duas soluções da arquitetura moderna na cidade existente. Uma que, mesmo dadas as limitações para a implantação da nova arquitetura, consegue se vincular aos seus preceitos, a partir de estratégias de projeto, além de uma qualidade excepcional das soluções. Neste caso, mesmo que se acomodando à rua-corredor, a proposta é vista de forma positiva. O Edifício Marquês de Herval torna-se um caso ainda mais excepcional ao ser evidenciado, no discurso dos próprios autores do projeto, um olhar atento ao lugar onde irão implantar o edifício, absorvendo e integrando aspectos do meio ao qual sua obra irá fazer parte, questão esta, que é pouco destacada nas principais bibliografias e manuais de arquitetura, abrindo um novo campo de olhar sobre a arquitetura moderna.

Outra possibilidade, é a representada pela intenção de Henrique Mindlin, que propõe um modelo a ser repetido, que está relacionado com aspectos selecionados e saltados do seu contexto, sem levar em conta as demais ocupações já existentes no seu entorno imediato, pelo fato de querer se opor a elas. Neste caso, as soluções de projeto evidenciam a busca de uma proposta de nova cidade, mesmo que apenas virtualmente realizado no todo, já que só se concretiza em pequenas parcelas do território. No caso do concurso do Senado, a visão negativa sobre o projeto de Sérgio Bernardes, parece ter mais força pelo entendimento que, por se tratar de uma obra pública, esta deveria fortalecer uma intenção que vinha sendo buscada nas obras com estas características no Rio de Janeiro. Assim sendo, o fato de o autor externar em sua defesa que o contexto urbano o influenciou na definição da implantação, não o ajuda, mas sim, é usado como argumento para a crítica de não estar o projeto adequadamente relacionado aos pressupostos modernistas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

AYMONINO, Carlo. *La vivienda racional: ponencias de los congresos CIAM 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gili S.A., 1973.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COHEN, Jean-Louis. *O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GIEDION, Sigfried. *Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOODWIN, P.L. *Brazil Builds. Architecture new and old 1652-1942*. New York: MoMA, 1943.

HILBERSEIMER, Ludwig. *Metropolisarchitecture and selected essays*. Nova York. Gsapp Books, 2014.

HITCHCOCK, H. *Latin American architecture since 1945*. New York: MoMA, 1955.

MINDLIN, H. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/ IPHAN, 2000.

MUMFORD, Eric. *The CIAM discourse on Urbanism 1928-1960*. S.l: The MIT Press, 2000.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean C.; SAMUELS, Ivor. *Urban forms: the death and life of the urban block*. EUA: Architectural Press, 2004.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. *Collage City*. Cambridge: The MIT Press, 1984.

SERT, Josep Lluís. *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Londres: Humphrey M. Iford: Oxford University Press, 1942.

REVISTAS:

REVISTA Habitat. São Paulo, nº 31, ano 06, junho, 1956.

REVISTA Habitat. São Paulo, nº 34, ano 06, setembro, 1956.

REVISTA Brasil Arquitetura Contemporânea (BAC). Rio de Janeiro, nº 1, 1953.

REVISTA Brasil Arquitetura Contemporânea (BAC). Rio de Janeiro, nº 8, 1956.

REVISTA Brasil Arquitetura Contemporânea (BAC). Rio de Janeiro, nº 9, 1957.

REVISTA Brasil Moderno – edição bilingue. [s.l.], 1956.

REVISTA Módulo. Rio de Janeiro, nº 3, Dezembro, 1955.